

A PRÁTICA DOCENTE NA INTERFACE DA ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA: UMA OBJETIVIDADE DA TECNOLOGIA ASSISTIVA (TA) NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Maria Valdinete de Pontes Matias
Wagnês Barbosa de Araújo
Francisco Alves Cordeiro Neto

Universidade Estadual da Paraíba
valdinetepontesm@gmail.com
barbosadd202@hotmail.com
netoalvescordeiro@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo será discutida a prática dos professores e sua relação com os recursos utilizados na escola, em especial nas salas de recursos multifuncionais. Por conseguinte, o uso adequado e apropriação de recursos acessíveis para o aluno com necessidades especiais, entendendo que estes deve se tornar objetividade na escola. Contudo, compreender a relevância para o uso da Tecnologia Assistiva (TA) nas salas de recursos multifuncionais, visto como um recurso imprescindível a ser utilizado e, que quando é efetivamente utilizado gera oportunidade para o avanço na aprendizagem no âmbito educacional. Estas ações priorizam o trabalho que preconiza a política e educação especial numa perspectiva inclusiva e impulsiona novos saberes, inserido no contexto escolar, uma prática colaborativa, participativa e igualitária sobre os processos da inclusão no contexto atual. Por este parâmetro, será relevante a confirmação dessa concernente contribuição para acessibilidade, equidade e igualdade, numa relação plausível à prática dos professores, tendo em vista a real necessidade de mudanças no tocante a prática pedagógica.

PALAVRAS - CHAVE: Prática Pedagógica. Tecnologia Assistiva. Acessibilidade. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças pelas quais passa a educação brasileira têm provocado uma constante reflexão sobre o papel da educação na transformação do homem enquanto sujeito histórico capaz de mudar a realidade na qual está inserido. O caminho que leva ao exercício do ser e do fazer com eficiência e eficácia perpassa, inevitavelmente, pela forma como um profissional da educação conduz seus trabalhos numa instituição de ensino. Portanto, o acesso a novas tecnologias e, neste contexto, o uso da Tecnologia Assistiva (TA), mobiliza um trabalho que tem como pressuposto inserir no contexto da educação recursos tecnológicos acessíveis ao desenvolvimento de novas práticas, sobretudo, no cenário da escola inclusiva. Para tanto, se

faz necessário uma prática educativa acessível às novas demandas educacionais, tendo como fundamentalidade o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que atenda às reais necessidades da escola atual. Coll (2007) afirma que uma escola de qualidade, hoje, é aquela que atende à diversidade e, portanto, o professor deve estar preparado para lidar com essas diferenças. Desse modo, a Tecnologia Assistiva é um recurso que pode garantir uma prática inovadora focando nas atividades diversificadas para todos. Xausa (2013, p. 151) diz que “a sociedade necessita de personalidades singulares”. Partindo por esse viés, o estudo deve ser realizado numa perspectiva de práticas construtivas e inclusivas, que abranjam todos os aspectos necessários a análise reflexiva de uma formação docente, participativa e criativa que influencia no desenvolvimento das habilidades, utilização adaptações e adequações de novos recursos mediante os trabalhos realizados no âmbito educacional e seus pressupostos práticos metodológicos.

A pesquisa terá como eixo: (1) Formação continuada como parâmetro de educação que efetiva as política pública e promove a inclusão. Faz um recorte da prática desenvolvida nas escolas, sobretudo com a efetivação de políticas públicas que promovam a inclusão. (2) A contribuição da Tecnologia Assistiva(TA) na escola. Focaremos aqui, na importância de compreender a relevância da atividade pedagógica com a utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva, vislumbrando conquanto se faça necessário esse trabalho na educação especial numa perspectiva inclusiva, concernente a sala de recursos multifuncionais que ajudam na eliminação de barreiras e contribuem para aprendizagem significativa, sendo este o objetivo principal deste trabalho, a perspectiva é focar no avanço da aprendizagem dos alunos deficientes nas escolas. Urge, portanto, a necessidade de criteriosidade, está, atrelada a limites. (XAUSA, 2013 p. 87) acrescenta: “As situações-limite não podem ser aprendidas, somente sentidas”. O que temos aqui é uma política de inclusão que precisa se efetivar e desenvolver um trabalho nas salas de recursos multifuncionais de qualidade e com atendimento aos alunos com deficiência eficazes e promissores, gerando excedente da produção pedagógica e estudantil. Essa ação sobrepõe o já realizado quando estimula o aluno a desenvolver potencialidades capazes de avançar na aprendizagem. “Em rigor, tal ingerência reflete conjunção de magia com poder político-econômico ou vice-versa, à conta das ilimitações dos resultados do pensar e do agir”. (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016, p. 266). Portanto, efetivar um trabalho com acessibilidade na escola é de fundamental

relevância para os alunos público alvo da educação especial. Emerge aqui a objetividade no ato educativo, prioritariamente na concernente educação inclusiva que busca limites ético-científicos nas ações e aproxima o aluno deficiente da aprendizagem significativa, elevando sua autoestima, contribuindo para sua escolarização. No sentido ôntico da coletividade, ou seja, no sentido real, objetivo, torna-se compreensível esse ensino na escola quando acreditam na práxis educativa com responsabilidade e compromisso, visando ao sucesso do aluno em todas as dimensões. Para tanto, é cabível o trabalho que prima pela justiça e pela ética com limites e coerência na ação educativa.

Limites dependem de que os sujeitos se projetem como fontes humanas de realidades cujas existências são ainda meramente potenciais e cuja representatividade precisa ser inferida mediante o modo vazio do que cumpre atender necessidades, verificar possibilidades, realizar alternatividade e incidir em labilidade. (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016 p. 261).

Projeta-se, dessa maneira, uma prática conclusiva? Possível, descortinada como meio para desempenho eficaz, atrelado ao saber educativo cujo direcionamento coaduna com aprendizagem significativa em sala de aula. Nota-se, com expressividade, o vislumbamento para o uso de recursos da Tecnologia Assistiva (TA) por oferecer idealidade, acesso aos recursos de acessibilidade coerente com as reais necessidades dos alunos, esse trabalho deve emergir pela magia do ato de educar com significado e generosidade.

Essa ação não pode ser postergada por se tornar algo imprescindível e de fundamentalidade, relevante no cenário educativo. Antunes (2002, p. 54) alerta: “ não é apenas energia e recursos que jogamos fora; nossa educação atira pela janela imensas potencialidades, extraordinárias capacidades do ser humano”. Diante disso, garantir que todos tenham o direito e acesso a uma educação pública de qualidade precisa ser objetivo do coletivo educacional, ou seja, daqueles que compõem as instituições de ensino.

Assim, desenvolver uma educação em direitos humanos imbricada no conceito de cultura democrática, fundamentada nos contextos nacionais e internacional, nos valores da tolerância em relação às diferenças, na solidariedade, na justiça social, na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade é urgente, imprescindível e essencial. (SILVA; TAVARES, 2010, p.43).

Portanto, as pessoas que, geralmente, defendem uma educação equânime e a ampliação do conhecimento frente às novas exigências educacionais, as quais emergem de novas competências para o desenvolvimento das destrezas no cotidiano escolar, entretanto, o foco deverá evidenciar -se na práxis educativa realizada todos os dias na escola. Na concepção Montoan; Prieto (2006, p.55). “Uma ação que deve marcar as políticas públicas de educação é a formação dos profissionais da educação.”Desse modo, a escola deve se organizar para efetivar práxis inerentes às ações preventivas, todavia, assegurando a entrada e permanência do aluno na escola, tendo em vista uma política de inclusão, que prioriza a organização de suas atividades a partir da qualidade, equidade e acessibilidade, numa promoção para o acesso aos recursos tecnológicos necessários ao desenvolvimento de novas destrezas dos alunos, público alvo da educação especial inserido no contexto escolar

1.1 FORMAÇÃO CONTINUADA COMO PARÂMETRO DE EDUCAÇÃO QUE EFETIVE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROMOVA A INCLUSÃO.

As práticas desenvolvidas devem ter uma justa relativização com as necessidades subjetivas dos educandos inseridos nesse contexto inclusivo, partindo de imanência genérica que potencialize o aprendizado para excedência de produção naturalmente para que esta seja destinada, de forma justa, aos “ainda incapazes” de prover sustentação cultural. Dessa forma, e; em busca da maturidade cultural, estabelece-se interação entre sustentador (professor) e prole humana(educando) na perspectiva da práxis educativa na escola.

Esta mesma excedência de produção, a existir de modo sempre imediato, distingue-se, também e especificamente, em razão da sua pertença, uma vez que os concernentes destinatários dependem de atitudes do(s) seu(s) sustentador(es) que, direta ou indiretamente, são presumidos ao dever-ser do modo natural ou objetivo e da forma mínimo-coletivamente justa daquela pertença ser efetivada (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016, p. 259).

Para tanto, será relevante produção de mudanças de conduta, levando em consideração concepções, atitudes e procedimentos necessários para essa formação. Compreendem-se por políticas públicas educacionais aquelas que fazem a regularização e viabilizam orientações aos sistemas de ensino, dessa forma, institui a educação escolar, (OLIVEIRA, 2013). Nesta

perspectiva a Política de Educação Inclusiva tem como objetivo promover a participação e a aprendizagem significativa do aluno com deficiência no âmbito escolar. A Tecnologia Assitiva emerge de tentativas de desalheamento a essa objetividade educacional, sua efetiva utilização já contribui para ampliar habilidades de educandos com deficiência. É preciso inferência clara acerca da excedência de produção no presente contexto, pois deve vincular-se ao direcionamento da práxis educativa. Trata-se de toda ação que surge da generosidade em prol da sustentabilidade educativa das pessoas com deficiência, ou seja, os educandos com deficiência. Toda ação que os atores do cenário educativo possam promover além do seu trabalho, da sua produção diária, motivados por gestos de afetividade, criatividade e generosidade, entendemos como excedência de produção. É necessário que esta seja destinada de maneira justa aos ainda autoinsustetáveis no que tange a uma inclusão não apenas social, mas também humanizada e efetivamente educativa.

Na concepção de Marchesi(2010), direciona o pensamento com foco no trabalho realizado na escola, deixa explícito prioridade entre seus objetivos a inclusão de todos os alunos, neste caso, torna-se mais simples, porém, transferir a estratégia tendo como foco à prática educativa na salas de aula. Portanto, organizar ações que promovam o desenvolvimento de todos os alunos na escola, convergem para mudanças no tocante às práticas educativas que colaborem para o “bem-estar” e suscitem o compromisso e a dedicação aos estudos numa dinâmica de trabalho coerente com a política da educação inclusiva, imbuídos pelos reflexos aos novos saberes educacionais.

Por ser uma área do conhecimento que apresenta característica interdisciplinar, a Tecnologia Assitiva atende bem aos critérios de mudanças de conduta na ambiência escolar no que tange ao ensino, pois educandos que possuem, a título de exemplo, mobilidade reduzida ou incapacidade motora, vivem na constante busca da inclusão social, bem como outros com as mais diversas deficiências, os quais buscam desenvolvimento da autoestima e qualidade de vida e da aprendizagem não apenas social, mas também pedagógica, de forma a ter acesso à tecnologias, estratégias metodológicas que os deixem cada vez mais perto de uma educação equânime. Saviane (2009) acrescenta que os homens não são iguais e que cada um tem seu tempo para aprender. Uns apresentam mais capacidades, outros menos, por isso é preciso respeitar as diferenças entre os homens.

Diante do exposto, é necessário indagar: que professor se pretende formar para atender as reais necessidades de uma instituição de ensino que visa a inclusão dos alunos com deficiência? Ainda que se reconheça a necessidade de incluir TODOS, a formação docente deve ser repensada, pois faltam competências quando o assunto é Tecnologia Assistiva e seus pressupostos metodológicos. Isso nos remete a refletir brevemente sobre a política neoliberal em educação implantada no Brasil, em que o Estado mínimo reduz cada vez mais o seu compromisso.

A educação centrada na aquisição da capacidade de refletir melhor sua realidade social, fomenta rever procedimentos, atitudes e concepções arraigados e evidencia demandas emergenciais para uma unidade de ensino que prioriza o avanço na qualidade da educação e em especial nos seus serviços para sua comunidade inclusiva. Portanto, ainda numa esfera formadora nas instituições de ensino, constroem-se expectativas mediante o trabalho focado nas competências e novas destrezas para os educadores, imbuídos nesse processo de inclusão. Todavia, instiga uma formação no contexto sócio-político e cultural, de forma a permitir a elaboração de situações efetivas de aprendizagem. Nesta dimensão, (MONEREO, POZO, CASTELLO, 2007) apresenta fatores suscetíveis a aprendizagem, neste contexto a utilização de múltiplas linguagens comunicativa, a inserção da informação digital e suas inovações como estratégias para um novo ensino na escola. E visando redimensionar o modelo que ora vivenciamos no ambiente educacional, recorreremos ao compromisso e responsabilidade e ainda a possibilidade de adequar a práxis educativa da escola à realidade organizacional ao momento histórico vivido. Contribuindo tanto para o conceito de qualidade da educação, como também, para sua democratização no tocante ao ensino na sala de aula..

1.2 A CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

As discussões sobre a educação inclusiva tem colocado na ordem do dia reflexões sobre a prática educativa em sala de aula. No decorrer da história foram percebidos os avanços e descompassos no cotidiano educacional, trata-se de ações que ao longo do tempo foi se transformando em novas possibilidades, como também novos desafios no contexto escolar. Brasil (1988) esclarece que a educação é um direito de todos e dever do Estado

como também da família, e ainda promovida e incentivada com a participação da sociedade. Prevê que se tenha igualdade de condições para entrada e permanência do aluno na escola. Institui ainda atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência de preferência oferecida na rede regular de ensino e que este atendimento perpassa todas as etapas da educação básica. Neste contexto a inserção da pessoa deficiente no ensino regular se concretiza direitos adquiridos pelas leis com exigências explícitas às novas adequações no tocante ao currículo, materiais didáticos pedagógicos, estrutura física, planejamentos dentre outras demandas necessárias. A Lei de Diretrizes e Bases preconiza que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educados com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. (BRASIL, 1996: artigo 59, Inciso I). A partir do exposto podemos perceber que o papel da escola é oportunizar um ensino e uma aprendizagem de qualidade para TODOS. Contudo, se tornar partícipes do processo educativo. Portanto, desenvolver competências significativas para a aprendizagem na escola, exige do professor a criação de novas oportunidades, porém, será necessário o desenvolvimento de atividades lúdicas e criativas na sala de aula.

Diante dessa conjuntura, o ensino inclusivo nas escolas requer uma formação continuada adequada a inserção de práticas educativas efetivas no contexto educacional. Sendo assim, aprimorar os conhecimentos no tocante ao uso da Tecnologia Assistiva é fundamental no contexto escolar. Nesta dimensão é primordial, nesse momento de construção e reconstrução de paradigmas sociais preestabelecidos, visar à atitudes, procedimentos e concepções a luz do ensino de qualidade para todos os alunos na escola. “É nesse contexto que as políticas públicas de inserção de pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, com o auxílio da Tecnologia Assistiva (TA), ou ajuda técnica, tornam-se extremamente relevantes.” (ITS BRASIL, 2008: 06).

Portanto, será necessário envolver e acreditar nas potencialidades dos alunos e buscar novas estratégias e possibilidades de se aprender, modificando sua prática, respeitando o ritmo de aprendizagem da criança, se tornando o facilitador no processo de construção do conhecimento. Apresentar uma proposta de trabalho condizente com a realidade dos alunos é primordial para o desenvolvimento de novas competências e o cumprimento para a inclusão no cotidiano escolar. Buscar estas inovações, neste caso, inserindo o uso da Tecnologia Assistiva, como ferramenta que “pode” eliminar barreiras e aprimorar a aprendizagem é

aderir ao novo plano de trabalho, ampliando a práxis educativa, transformando e adaptando o ensino às reais necessidades dos educandos, sobretudo, para os alunos com deficiência na escola. Segundo (MONTAÑO; PRIETO, 2006 p. 23) “A verdade é que o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência.”. Partindo deste pressuposto, a inclusão de alunos com deficiência na escola regular exige que todos os envolvidos compreendam a Política de Inclusão, como algo possível e urgente, todavia, ampliando seus recursos, possibilitando uma aprendizagem significativa.

Os alunos aprendem quando encontram significado no que é ensinado. No entanto, essa aprendizagem só acontece quando os alunos se tornam membros ativos do processo, e convergem para um mesmo ponto a aprendizagem interativa, instrutiva, cooperativa, colaborativa. Enfim, os alunos aprendem quando acreditam que são capazes de aprender. Nesta perspectiva, a real função para o desenvolvimento de um trabalho inclusivo na escola é efetivar práticas pedagógicas em movimento para uma escola viva, que valoriza as diferenças de cunho social, cultural e individual, primando sempre pela construção da cidadania, rumo ao plano ideal da educação. A escola tem como papel o compromisso de assegurar aos estudantes um espaço prazeroso para a construção e desenvolvimento de suas habilidades e seus saberes, participando da evolução educacional e cognitiva de seus educandos. (MONEREO, POZO, CASTELLO, 2007 p.169), aborda que “quando nos referimos a apresentação de uma estratégia, estamos falando, é preciso recordar de “ensinar” mostrar explicitar aos alunos as decisões mais relevantes que deve tomar para resolver uma tarefa de aprendizagem”. Esta aprendizagem possibilita ao educando novas possibilidades, ou seja, através da aprendizagem mediada ele se torna capaz de desenvolver novas destrezas, desde que seja estimulado para tanto. Sendo assim, o verdadeiro papel da escola, independente de qual seja a deficiência que seu educando possua, é oportunizar um ensino de qualidade, equânime e acessível, adequando seus espaços, capacitando seus profissionais, reformulando seu currículo, aprimorando suas práticas educacionais, para atender de forma digna e satisfatória todos aqueles que a ela são confiados.

2 METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho baseou-se numa reflexão sobre o uso da Tecnologia Assistiva e sua relevante contribuição nas escolas, sobretudo, nas salas de recursos multifuncionais, associando direitos e deveres indispensáveis ao desenvolvimento das competências concernentes ao público alvo em discussão. Desse modo, investigar como os professores utilizam esses recursos na escola e em que contribuem para aprendizagem significativa, compreendendo-os como referência e fundamento imprescindíveis ao avanço na aprendizagem dos educandos público alvo da educação especial. Incide, portanto, discutir responsabilidades predominantes à política de educação especial numa perspectiva inclusiva.

Nesta perspectiva, foi necessária análise aos referenciais citados, sobretudo, para construção teórica, objetivando a reflexão crítica sobre a prática educativa desenvolvidas e o uso adequado de materiais acessíveis de Tecnologia Assistiva (TA) na escola.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola não deve ser arena de contestação de projetos estéreis, precisa ter definido no seu Projeto Político Pedagógico ações que introduzam a Tecnologia Assistiva e; para tanto, precisa valer-se de base, referência e fundamento a fim de atender às demandas de educandos com deficiência. Assim é importante não deixar de lembrar que as crianças que nasceram no final do século XX, já nasceram na sociedade onde a vida se dá, praticamente em rede. Estão muito cedo, num ambiente que fundamenta a era da informação.

Faz-se necessário investir na formação dos professores nas escolas, principalmente dos que atuam na sala de recursos multifuncionais, conhecer a realidade atual verificando se as mesmas coadunam com a política de inclusão, neste sentido, confirmar se as práticas educativas desenvolvidas têm contribuído para o desenvolvimento das competências essenciais a promoção da aprendizagem significativa na escola.

Sendo assim, o processo de aprendizagem, vislumbra desenvolver competências inerentes à aprendizagem significativa. Essa prática exige do professor inovação e criatividade, para que novas oportunidades sejam geradas buscando, incluir na escola, sensibilidade, equidade e qualidade. Segundo Fagundes (2003), os professores não precisam fazer cursos, ou completar reciclagens para começar as tecnologias digitais. Os professores precisam ter mais segurança porque às vezes parecem assustados para utilizar tecnologia em

suas aulas. Portanto, a formação continuada, nesse sentido é importante, mas não deve ser empecilho, caso ainda não disponível a partir de políticas públicas, para que os professores dêem início ao uso da Tecnologia Assistiva em sala de aula ou mesmo nas salas de recursos multifuncionais. Pois a própria tecnologia, inerente aos dias atuais, dá subsídio para tanto.

4 CONCLUSÕES

A Tecnologia Assistiva (TA) é de grande relevância para a promoção da aprendizagem dos educandos com deficiência, as suas utilizações nas salas regulares e nas salas de recursos multifuncionais têm demonstrado, com base em produções acadêmicas de pesquisas recentes e na própria práxis diária de alguns professores, Diante disto, o processo educativo não deve estar desvinculado da generosidade, do cuidado ou do afeto, estes, mixados na práxis educativa aludem a educandos com maiores perspectivas de aprendizagem, pois sua autoestima eleva-se ao tomar conhecimento, ao vivenciar a dedicação dos atores envolvidos no cenário educativo que mesmo imbuídos de responsabilidades institucionais, primam pelo compromisso de fazer uma educação equânime e de qualidade a partir, também, da sua excedência de produção. Sem necessariamente, depender de iniciativa do Estado para esse fim.

Portanto, todas as vezes que fazemos algo além do previsto e instituído, além do nosso trabalho em prol da educação das nossas gerações, culturalmente imaturas e, por isso ainda autoinsustentáveis, estamos excedendo produção e contribuindo para um processo educativo mais humanizado. No tocante a Tecnologia Assistiva, podemos confirmar que sua utilização deve ser contemplada nas salas de aula, e; dessa forma apresentar-se como um mecanismo capaz de reavivar o espírito utópico em educação “ em virtude de que educadores se voltem para considerar a pessoa de quem aprende”(COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016 p. 238). Pensar a Tecnologia Assistiva enquanto objetividade para sair do desalheamento educacional, buscando aplicabilidade dos seus resultados com eficiência e destreza, excede o caráter de mero trabalho, pois este, “consome ele mesmo”. Sendo assim, o trabalho educativo suscita novas práticas e novos saberes essencial ao desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial. Essas ações contribuirão para educação humanizadora e promissora de aprendizagens significativas e criativas no âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.. Brasília, DF, Senado, 1988.

COLL, César. **Construtivismo e educação: a concepção construtivista do ensino e da aprendizagem**. In:COLL, César, MARCHESI. Álvaro, PALACIOS e colaboradores. Desenvolvimento Psicológico e educação2. Psicologia da educação escolar. 2 Edição . Porto Alegre: Artmed. Reimpressão 2007. 2004.

COSTA, Antônio Roberto Faustino da; BERGAMO, Pedro; LUCENA, Roberto Marden. **A utopia em questão: desalheamento educacional à objetividade**. In: SOUZA, Cidoval Morais de (org.). Um convite à utopia [livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. 2500 kb. 438 p. - (Coleção Um Convite à Utopia; v.1). Modo de acesso: World Wide Web <<http://www.uepb.edu.br/ebooks/>>..

FAGUNDES, Léa. **Os caminhos da inclusão digital no Brasil podem servir à educação libertadora das atuais e das próximas gerações**. Pátio revista pedagógica. n.26, Porto Alegre. Maio/junho 2003.

ITS Brasil, Instituto de Tecnologia Social. **Tecnologia Assistiva nas Escolas: Recursos básicos de acessibilidade sócio-digital para pessoas com deficiência**: O papel social da Tecnologia Assistiva. Microsoft | Educação. 2008.

MARCHESSI. Álvaro. **A Prática das escolas inclusivas** .In:COLL, César, MARCHESI. Álvaro, PALACIOS e colaboradores. Desenvolvimento Psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades especiais. 2ª Edição . Porto Alegre: Reimpressão 2010. Artmed. 2004.

MONEREO. Carles; POZO. Juan Ignacio; CASTELLO. Montserrat. **O ensino de estratégias de aprendizagem no contexto escolar**. COLL, César, MARCHESI. Álvaro, PALACIOS e

colaboradores. Desenvolvimento Psicológico e educação². Psicologia da educação escolar. 2 Edição . Porto Alegre: Artmed. Reimpressão 2007. 2004.

MONTOAN. Maria Tereza Eglér. PRIETO. Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Ed. Summus, Valéria Amorim Arantes (organizadora). 2006.

OLIVEIRA. Adão Francisco de. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática**¹.
<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf> em: 27/04/2013.

PRIETO. Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais : um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In. MONTOAN. Maria Tereza Eglér. PRIETO. Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Ed. Summus, Valéria Amorim Arantes (organizadora). 2006.

SAVIANE. Dermeval. **Escola e Democracia**. 41ed. revista - Campinas/SP.:Autores associados. 2009.

SILVA. Aina Maria Monteiro; TAVARES. Celma. **Política e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo:Cortez.2010.

